

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DOMINICANA
EMBAIXADOR JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA

POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA DOMINICANA:

Nas análises e informações que nestes três anos transmiti, procurei apresentar uma abordagem geopolítica dos interesses brasileiros no Caribe, com o registro de sucessivos momentos de construção da presença brasileira na região do Grande Caribe, área que pode ser considerada como todo o espaço a oeste de uma linha virtual não-reta tendo como pontos extremos Miami ao Norte e Belém do Pará ao Sul.

Destaco, por seu potencial de aproveitamento em múltiplos vetores, o estudo sobre a dimensão caribenha do Brasil, a configuração geopolítica do Grande Caribe e suas divisões regionais, com a ponderação, inter alia, das principais forças interagentes, projeção norte-americana, ação dos três grandes hispânicos caribenhos - México, Venezuela e Colômbia -, a visão do Caribe propriamente insular com a problemática da relação entre a CARICOM e os citados Estados insulares caribenhos não anglófonos.

No quadro do arco insular caribenho, com numerosos microestados de limitada expressão territorial e demográfica, a República Dominicana se afigura de presença relativa macro, com uma população de dez milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto de 62,4 bilhões de dólares, o que a distingue, de muito para cima, dos demais estados insulares caribenhos, notando-se a única exceção de Cuba, de comparável território e população mas cuja singular circunstância política nas últimas cinco décadas gerou especial "status" cubano na região.

A República Dominicana, que compartilha assimetricamente a ilha Hispaniola com o Haiti, dois terços da Ilha correspondem ao território dominicano, atingiu nível de desenvolvimento e de institucionalização e estabilidade política nitidamente superior ao de seu vizinho. A permeável fronteira terrestre de 369 quilômetros é vista como linha de risco por setores da sociedade dominicana em que remanesce a memória histórica da ocupação pelo Haiti do território dominicano no século XIX (1822-1844), memória que se procura reavivar com menção aos efeitos da acentuada pressão de migrantes haitianos em território dominicano e cujo status de direito à nacionalidade ou mesmo de permanência se afigura como desafio central para o Estado dominicano.

Com longa experiência - cerca de vinte e dois anos - na chefia do Governo, o falecido escritor e estadista Joaquim Balaguer afirmou que "o Haiti era o principal problema da República Dominicana". Em segundo lugar, em suas palavras, viria a dificuldade de geração energética. Permanece pertinente o juízo de Balaguer transcorridos treze anos desde sua morte em 2002.

No âmbito da política interna e externa da República Dominicana, afloram com vigor polêmicos temas decorrentes da vizinhança com o Haiti. Como evitar a entrada de migrantes ilegais haitianos; quais direitos reconhecer a haitianos indocumentados que há décadas residem em território dominicano; que condições de aplicação dos princípios de "jus soli" e "jus sanguinis" a considerar para os nascidos em território dominicano, mas filhos de migrantes classificados como ilegais; como "administrar" o receio latente

de descaracterização nacional que expressivos setores da sociedade dominicana não deixam de revelar; como compatibilizar o cumprimento de decisões judiciais de nível constitucional em matéria de direitos pessoais com os compromissos internacionais na área de direitos humanos. Estas são algumas das indagações básicas com que se defrontam a sociedade e o Governo dominicanos e que têm condicionado, em grande parte, a política interna e externa da República Dominicana.

Acompanhei, nas minhas informações para Brasília, a dinâmica das relações bilaterais entre a República Dominicana e o Haiti com seus recorrentes episódios de agravamento de tensões.

Efetuei viagem de serviço ao Haiti, onde mantive proveitosos contatos com a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, com autoridades haitianas e reunião de trabalho com o comando e oficiais da Minustah. Visitei também a linha fronteira na Província de Elías Piña, em que se localizam pontos centrais de conexão e fricção entre a República Dominicana e o Haiti.

O acima exposto é de interesse direto para o Brasil, com força militar integrante da Minustah e, inter alia, pelos acentuados impactos das tensões domínico-haitianas nos foros regionais, como a CELAC e a OEA, sem deixar de mencionar os reflexos da pressão migratória haitiana.

O esforço mais relevante da diplomacia dominicana tem sido o de procurar confrontar "resistências" que se lhe antepõem em decorrência da problemática de suas relações com o Haiti. A não aceitação de seu pedido de adesão à CARICOM e a posição por esta assumida de incisiva crítica à situação migratória na República Dominicana geraram impacto marcante na política exterior dominicana. Em tal contexto, acentuou-se, entre outras, a tendência dominicana de se aproximar do Sistema de Integração Centro Americano - SICA, onde obteve participação plena, apesar de sua condição de país insular com território não abrangido pelo istmo centro americano.

Evidencia-se que a República Dominicana, por perfil histórico, demográfico, econômico e cultural, encontra-se muito mais em condições de participar plenamente do SICA do que da CARICOM, em que predominam microestados insulares do Caribe afro-anglófono.

A expressão política do "colégio eleitoral" da CARICOM em diferentes foros não deixa de ser vista como elemento que, necessariamente, a República Dominicana deve ponderar em sua projeção internacional.

Um mais pronunciado ímpeto de participação em outros foros - como a CELAC - em que não possa se configurar ambiente refratário para a República Dominicana se explica, em parte, pelo quadro pós-traumático derivado da não aprovação do pedido de adesão à CARICOM e de uma certa percepção de que os microestados insulares afro-anglófonos, no quadro da CARICOM, estariam se "apropriando" do conceito de Caribe insular.

A propósito, saliento que, em 2016, a República Dominicana assumirá a Secretaria Pro Tempore da CELAC e será sede da reunião de cúpula desse organismo regional. Será, ainda, sede da Assembleia Geral da OEA no próximo ano.

VISÃO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA DOMINICANA:

Não se trata no presente relatório de reapresentar ou atualizar as análises de política interna que transmiti a Brasília ao longo de minha gestão. Creio de maior interesse registrar perspectivas de história e de política que facilitam a compreensão da dinâmica política dominicana.

A República Dominicana apresenta sofrida história, cabendo mencionar, inter alia:

- invasão e ocupação por tropas haitianas no período de 1822-1844. Ao dito respeito, vale lembrar que a comemoração da independência da República Dominicana se faz em relação ao fim do domínio do Haiti;

- invasão e ocupação por tropas norte-americanas no período de 1916-1924. Note-se que em 1924 ocorre a retirada dos marines. O governo norte-americano continua, entretanto, a administrar a alfândega dominicana por alguns anos mais para garantir pagamento de empréstimos;

- regime ditatorial do General Rafael Leônidas Trujillo no período de 1930 a 1961;

- golpe militar de 1963 depondo o Presidente eleito Juan Bosch, o que provocou a guerra civil em cujo contexto ocorreu a intervenção militar da Força Interamericana de Paz em 1965, que contou com participação brasileira.

Malgrado tais antecedentes, tem sido notável nas últimas décadas o esforço de desenvolvimento e estabilização da República Dominicana.

O regime é presidencialista e o Legislativo é bicameral. O Senado está composto por 32 membros e a Câmara de Deputados por 183, que representam 31 províncias e um distrito nacional.

Os Governadores das províncias são nomeados pelo Presidente da República, sendo eleitos por voto popular os prefeitos municipais, deputados, senadores e o Presidente da República.

Serão realizadas em 20 de maio de 2016 eleições gerais para Presidente da República, Vice-Presidente, deputados, senadores, alcaides e demais funções eletivas em um total de quatro mil e sessenta e seis cargos.

A estrutura político eleitoral na República Dominicana abarca conjunto de vinte e sete partidos políticos. Configura-se, entretanto, uma polarização em torno de dois grandes partidos, o Partido da Liberação Dominicana - PLD e o Partido Revolucionário Dominicano - PRD.

O cenário político dos últimos dois anos foi dominado pelas negociações relativas à reforma da Constituição de 2010 para permitir reeleição presidencial. Após complexos procedimentos, objeto de oportunas comunicações da Embaixada, foi

possível promulgação de emenda constitucional que viabilizou a candidatura do Presidente Danilo Medina à reeleição para o período 2016-2020. Atualmente, o Presidente Danilo Medina dispõe de elevados índices de aprovação, entre 85% e 90%, configurando-se favoritismo faltando cerca de oito meses para as eleições. O principal candidato de oposição é o jovem político Luís Abinader.

O PLD, partido do atual Presidente, vem exercendo continuamente a chefia do Governo desde 2004, já que o antecessor de Danilo Medina, Leonel Fernández, ocupou funções presidenciais de 2004 a 2012.

Analistas políticos não deixam de especular sobre possíveis dificuldades no partido governista em decorrência de disputa entre os grupos danilista e leonelista. No entanto, até agora, o PLD tem "administrado" sem maiores crises a disputa interna pelo comando do partido.

Assim, caso não ocorram hoje improváveis circunstâncias capazes de gerar reviravolta desarticuladora do estruturado esquema de poder exercido há anos pelo PLD, é possível esperar a continuidade do favoritismo da candidatura à reeleição do Presidente Medina, ainda que possa variar para menos o nível de sua aprovação com o transcorrer da fase mais intensa da campanha-disputa para as eleições de maio de 2016.

RELAÇÕES COM O BRASIL:

A parceria com o Brasil tem se revelado nos últimos anos como uma das linhas estruturantes da política exterior dominicana.

Note-se, ademais, não constituir a atenção voltada para o Brasil tema polêmico. O hoje principal candidato presidencial da oposição Luis Abinader, viajou ao Brasil, onde dispõe de contatos, e, na abordagem crítica que faz das ações governamentais, não tem atacado o viés da aproximação com o Brasil.

O Brasil tem sido considerado ainda como referência para a formulação de políticas de inclusão social, o que incrementa a amplitude de posições receptivas para a imagem brasileira.

A registrar uma generalizada percepção de que é de acentuada relevância a contribuição da presença brasileira na Minustah, cuja ação estabilizadora não deixa de se refletir nas relações da República Dominicana com o Haiti, o que é visto como impactante aporte para um melhor encaminhamento dos problemas de segurança da ilha, cujo compartilhamento por dois vizinhos tão díspares gera recorrente agravamento de tensões.

Ramificado e bem implantado, o relacionamento entre o Brasil e a República Dominicana reflete rede de fluxos:

a) FINANCEIROS:

Empréstimos do BNDES ao Governo dominicano integram o financiamento de alguns dos principais projetos em execução no país;

b) COMERCIAIS:

Vale salientar os persistentes e expressivos saldos da balança comercial bilateral favoráveis ao Brasil:

EM MILHÕES DE DÓLARES:

472 em 2012

444 em 2013

336 em 2014

274 até agosto de 2015.

c) EMPRESARIAIS:

Note-se com destaque a presença de empresas brasileiras com atividade na área de produção industrial e no setor de serviços.

INDÚSTRIAS:

I) Ambev, com investimento de cerca de dois bilhões de dólares, ao comprar o mais importante grupo cervejeiro dominicano;

II) Gerdau, com produção de laminados metálicos;

III) Paquetá, produção de calçados na Zona Franca de Santiago de los Caballeros, com força de trabalho de mais de três mil empregos, dos quais 150 ocupados por técnicos brasileiros.

SERVIÇOS:

Atuam na República Dominicana as construtoras Andrade Gutiérrez, Norberto Odebrecht, Queiróz Galvão e a Consultora Concremat. A partir de sua consolidada implantação no país, as empresas brasileiras estabeleceram densos laços empresariais, políticos, econômicos e financeiros com a sociedade e os principais atores políticos e empresariais dominicanos. Em tal contexto, não se configurou da parte dessas empresas interesse ou mesmo receptividade para apoiar a atuação de uma Câmara de Comércio Bilateral, já que dispõem de amplo acesso junto aos tomadores de decisão dominicanos.

d) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Em 2013, foi comemorado o cinquentenário da cooperação universitária Brasil-República Dominicana, que tem contribuído significativamente para a qualificação de pessoal dirigente e técnico em setores estratégicos para o desenvolvimento do país.

e) COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Com a eficiente coordenação e gerência da Agência Brasileira de Cooperação, o Brasil tem cumprido com a República Dominicana um de seus mais abrangentes e bem sucedidos programas de cooperação técnica em áreas como educação, saúde, planejamento, meio ambiente e, recentemente, de forma muito inovadora, em recursos hídricos, a partir da experiência do Projeto Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional.

f) COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E DIVULGAÇÃO CULTURAL:

Foram empreendidas ações para que o Centro Cultural Brasil-República Dominicana não somente ministrasse cursos de língua portuguesa, mas também constituísse núcleo de convergência de atividades de divulgação cultural. Como ato de expressivo simbolismo, cabe assinalar o "hermanamiento" dos monumentos do Cristo do Corcovado no Rio de Janeiro e do Cristo Redentor de Puerto Plata. Merece especial registro o conjunto de palestras que proferi em universidades e instituições de formação de pessoal militar.

g) PROMOÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL

Foi prestado sistemático apoio a empresas brasileiras e dominicanas interessadas em comércio e investimento. A Embaixada, que conta com um setor comercial integrado por dois assistentes técnicos, promoveu a participação em feiras e exposições - a salientar a Feira do Cibao - e coordenou a realização de missão da APEX à República Dominicana. Os trabalhos nesta área contribuíram para que o saldo da balança comercial fosse claramente favorável ao Brasil em centenas de milhões de dólares. Por sua especificidade e extensão, os temas acima são objeto de comunicação à parte.

VISITAS PRESIDENCIAIS E MINISTERIAIS:

As relações políticas e econômicas com o Brasil revelam acentuado nível de dinamismo, o que não significa que não haja espaço para avanços em várias frentes. Merecem registro, entre outros, os pontos que assinalo a seguir:

I) Visitas presidenciais, que deram continuidade à missão especial à República Dominicana para a posse do Presidente Leonel Fernández, em agosto de 2004; e às visitas ao Brasil do então Presidente Leonel Fernández, em 2004 (participação na Cúpula do Grupo do Rio, ainda como Presidente eleito), em 2007 (visita oficial), em 2008 (I Cúpula da América Latina e do Caribe - CALC), e em 2011:

a) Presidente eleito Danilo Medina visitou o Brasil, em julho de 2012, antes de tomar posse;

b) programada visita da Presidente Dilma Rousseff à República Dominicana para a posse do Presidente Danilo Medina, visita que acabou não ocorrendo, em agosto de 2012;

c) convite formal para visita do Presidente Danilo Medina ao Brasil, reiterado quando da visita do Chanceler Mauro Vieira a São Domingos, em 22 de junho de 2015.

II) Visitas de Chanceleres:

a) visita, que acompanhei, do então Ministro de Relações Exteriores Carlos Morales Troncoso ao Brasil;

b) visita do Chanceler Mauro Vieira a São Domingos, em 22 de junho de 2015;

III) Apoio a candidaturas brasileiras:

Refletindo o acentuado nível de entendimento e de cooperação entre o Brasil e a República Dominicana, vale notar que, nos últimos três anos, o Governo dominicano reiteradamente expressou apoio a candidaturas e pleitos brasileiros em diferentes organismos multilaterais.

Destaco, por suas especiais circunstâncias, os três seguintes apoios ao Brasil, para cuja obtenção foram efetuadas em vários níveis gestões pela Embaixada em São Domingos:

I - A persistente campanha brasileira para Reforma do Conselho de Segurança da ONU tem recebido consistente e decidido apoio da República Dominicana. A cada sessão anual da Assembleia-Geral, renova-se a manifestação da República Dominicana de simpatia e apoio para as posições do G-4, a partir principalmente de gestões do Brasil. A República Dominicana tem sido aliada fiel e instrumental.

II - OMC - Organização Mundial do Comércio Direção-Geral, Embaixador Roberto Azevêdo. No complexo processo de escolha do Diretor-Geral, desde as primeiras consultas e gestões, a República Dominicana expressou firme apoio à candidatura brasileira;

III) CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos Eleição para membro da CIDH do ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi;

TEMAS CONSULARES:

Entre setembro de 2012 e outubro de 2015, foram empreendidos esforços com mudança de pessoal e de rotinas administrativas que possibilitaram a superação de pretéritas dificuldades no Setor Consular, como a) filas; b) reclamações por atraso; e c) prazos dilatados para atendimento final dos interessados (cidadãos brasileiros e estrangeiros). Recordo, ainda, os trabalhos efetuados para a superação da "crise haitiana", em cooperação com a Secretaria de Estado e as autoridades dominicanas, ainda no quadro em que a Embaixada em São Domingos se ocupava com a concessão de Vistos Permanentes a cidadãos do Haiti.

Entre 2012 e 2014, a emissão de documentos pelo Setor Consular (atos notariais e de registro civil; vistos; e documentos de viagem) registrou aumento de 31,6% (passando de 3504, em 2012, para 4612, em 2014), o que gerou aumento de 19,3% na renda consular (de USD 111.760,00 para USD 133.310,00). Vislumbra-se que a produção, em 2015, será igualmente considerável. Entre janeiro e agosto de 2015, foram expedidos 3203 documentos consulares, valor já superior ao registrado para o mesmo período de 2014 (3098).

Os vistos mais emitidos são VITUR (turismo); VITEM II (negócios); e VITEM IV (estudos), os quais corresponderam, em conjunto, a 88,3% do total de 2818 vistos concedidos em 2014. A média de brasileiros e de estrangeiros atendidos pelo Setor

Consular da Embaixada é de 45 pessoas por dia, considerando atendimentos em balcão; telefone; e correio eletrônico.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estão cadastrados como eleitores 346 brasileiros na jurisdição da Embaixada em São Domingos. Cabe ressaltar que esse número não inclui brasileiros naturalizados dominicanos ou brasileiros residentes temporariamente na República Dominicana para exercer funções em empresas brasileiras e que não processaram transferência de domicílio eleitoral.

Entre setembro de 2012 e outubro de 2015, a Embaixada em São Domingos prestou a devida assistência consular ao cidadão brasileiro Magno Ferreira Franco, recluso na Penitenciária de Najayo, Província de San Cristóbal, desde 17/11/2011, sob acusação de crime de tráfico de drogas. Foram realizadas visitas ao brasileiro, o qual apresentava boas condições de saúde durante a última visita.

Tenho justo orgulho de haver contribuído para a parte feita, aqui sucintamente enunciada. O por fazer assim ficou pelas limitações e circunstâncias do quadro político e administrativo em que atua a Embaixada. Que chefias futuras possam acompanhar e contribuir para uma maior afirmação dos interesses brasileiros no Caribe e façam o que resta fazer.